

ERA DE NÉVOAS

Direitos humanos, terrorismo de Estado
e saúde psicossocial na América Latina



**Horacio Riquelme U.
(Editor)**

ERA DE NÉVOAS

Direitos humanos, terrorismo de Estado
e saúde psicossocial na América Latina

HORACIO RIQUELME U.
(Editor)

Educ - Editora da Pontifícia Universidade
Católica de São Paulo

Reitor: Antonio Carlos Caruso Ronca
Vice-Reitor Acadêmica: Ana Maria Saul

Conselho Editorial: Ana Maria Rapassi, Ana
Maria Saul (*Presidente*), Bernadette A. Gatti,
Lícia Santella, Maria Antonia de Abreu Sampaio
Leme, Maria do Carmo Giedes, Maura Bicudo
Pardini Veras, Onésimo de Oliveira Cardoso,
Ricardo Augusto de Miranda Cadaval, Scipione de
Pietro Neto, Teresa Celina de Arruda Alvim Pinto.

São Paulo
1993

As legitimações dos Crimes de Lesa Humanidade e da Impunidade

As razões de Estado, apresentadas pelos Governos chamados de "transição democrática" nos países da América Latina, para justificar a impunidade dos Governos de Segurança Nacional ou de seus próprios agentes, são rechaçadas pelo Tribunal Permanente dos Povos, reunido em 1991, em Bogotá, Colômbia.

Uma primeira série de legitimações retoma os mesmos argumentos dos *Estados de Segurança Nacional*, como por exemplo: que a defesa das instituições não pode ter limitações e que, se estas são atacadas pela subversão com métodos criminais, é necessário responder com os mesmos métodos; ou que os interesses nacionais estão acima dos interesses individuais de vingança.

Uma segunda série argumenta pela necessidade de uma "reconciliação nacional". Pode-se acrescentar duas considerações para demonstrar o caráter arbitrário do recurso a este conceito.

Do ponto de vista sociológico, quando se fala de reconciliação nacional, não se trata somente de um fato referente às relações interpessoais. Cada pessoa se situa num grupo social e, pertencendo a ele, entra num processo de reconciliação. Para isto são necessárias três condições essenciais:

- que os grupos sociais encontrem-se em uma situação de relativa igualdade;
 - que as injustiças sejam reparadas;
 - que sejam estabelecidas as bases econômicas e sociais de um diálogo.
- Do ponto de vista cristão, o perdão, traduzido ao âmbito sociopolítico exige, antes de mais nada, correivas que impeçam a reiteração dos crimes e que se procure a reparação das vítimas.
- A publicação do livro *Era de Niobas* no Brasil muito contribui para que os crimes de lesa humanidade sejam entendidos em toda sua profundidade.

P R E F Á C I O

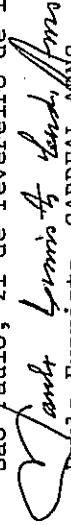
O homem é imagem de Deus, de um Deus onisciente, todo poderoso em seu amor. Este livro é terrível e comprometedor, como toda experiência profunda. Por ser assim terrível, por revelar graus extremos de degradação do humano, leva-nos ao mesmo tempo a tentar entender por que tais atrocidades aconteceram, e, assim, a nos empenhar em que elas nunca mais aconteçam. Esse empenho começa com nosso trabalho incessante de restaurar nas vítimas seu amor próprio, sua confiança na vida e nos outros, e na inabalável decisão de não permitirmos que todo esse horror venha a se repetir.

Este livro testemunha e preconiza roteiro de inteligências amoroosas: de um lado, relata o esforço dos psicoterapeutas de restaurar a dignidade ferida, a confiança abalada das vítimas da barbarie. Para tanto serviram-se das experiências de cura das vítimas do terrorismo nazista e do terrorismo francês da Argélia. Por outro lado, a inteligência aliada ao amor leva os autores ao compromisso lúcido de investigar as formas e atitudes políticas que impeçam definitivamente a repetição da tortura e a volta da desumanização e da barbarie.

Não relegar as vítimas ao esquecimento!

Restaurar nelas e com elas o dom da Palavra!

Estes são os apelos do livro, e os nossos.

São Paulo, 21 de fevereiro de 1994

Paulo Evaristo, CARDEAL ARNS

Arcebispo Metropolitano
de São Paulo

Sabe-se que o medo, momentaneamente, ofusca a vista e obscurece o entendimento. Pouco conhecido é, entretanto, o efeito do medo como agente de coerção sobre a sociedade em geral, durante um longo tempo.

Como uma ‘Era de Névoas’, aparece a situação existencial da maioria da população sob a influência do terrorismo de Estado na América do Sul das duas últimas décadas. Na expressão ‘Era’ se conjugam os aspectos físicos e temporais: aquilo, em aparência insondável, de uma paisagem humana destacada em tons cinzas e opacos — vivendo sob o medo — é percebido além disso como uma época que pode ser superada. O título da publicação simultânea em alemanha *Zeitlandschaft im Nebel* permite aludir a uma idêntica conjunção de tempo e paisagem humana para esta circunsfânia histórica da América do Sul.

Este livro documenta o esforço de compreensão intelectual e emocional de um escritor uruguaiu e de alguns profissionais europeus e latino-americanos da área psicossocial, confrontados com esta Era de Névoas e empenhados em transcender sua virtual opacidade e incomunicação e é produto da sessão anual 1989 do simpósio sobre ‘Cultura e situação psicossocial na América Latina’ da universidade de Hamburgo (ver *Leimotiv* neste volume).

Nelle se cultiva a difícil arte de propor perguntas às claras, definir um método acessível à compreensão geral e lutar com perseverança para obter algumas respostas que diminuam a angústia e permitam orientar-se dentro desta realidade que nos correspondeu viver e que não desejamos como perpétua.

Não é fortuita a estruturação em duas partes, uma com enfoque na teoria e na atividade psicoterapêutica frente à violência organizada e outra dedicada à esfera cultural sob o terrorismo de Estado. Na história recente da América do Sul, observa-se regularmente uma certa simultaneidade nos processos de desestruturação coercitiva a partir do poder estatal e de reparação cultura e psicossocial a partir da base.

Com a finalidade de aproximar a temática ao leitor, serão propostas a seguir cinco teses exemplificadas. Desse modo procura-se induzir uma reflexão intima e despertar curiosidade pela matéria a ser tratada. Desejamos, além disso,

superar o costume de conduzir o leitor na aventura de descobrir por si mesmo os diversos autores e estabelecer uma forma própria de leitura e compreensão dos respectivos textos.

1) O terrorismo do Estado marcou inexoravelmente o clima social na América do Sul das últimas décadas. O objetivo de subjugar a própria população realizou-se com base em refinados métodos de psicologia social. Para a manutenção do *status quo* não se fez uso unicamente da coerção violenta, mas também de uma sofisticada propaganda. A estratégia ideológica do terrorismo de Estado não se manifestou somente no uso e abuso do poder estatal, mas também pendeu para o controle dos espíritos: tratou de transcender os limites de uma obediência formal e introduzir-se arteiramente, como uma instância psíquica de poder, na consciência de cada um dos membros da sociedade. As sociedades do Cone Sul foram objeto de uma influência e penetração psicológica em quase todas as instâncias da vida cotidiana, nunca vista até então em sua sistemática concepção e nos virtuais alcances para a cultura e a situação psicosocial da presente geração. Não causa admiração o fato de que as diversas ditaduras tenham identificado como adversários de respeito, melhor ausentes que atuando na sociedade, artistas e profissionais da área psicossocial. O melhor exemplo do temor dos governantes frente à articulação de uma resistência coletiva não violenta se expressa no tratamento às Mães da Praça de Maio (Buenos Aires, Argentina), a quem supuseram, com razão, mais fortes que seus méritos de amedrontamento e que trataram de denegrir publicamente com o epíteto de “as loucas da Praça de Maio”.

2) A violação dos direitos humanos adquire uma vigência sem precedentes dentro das ocupações sociais em todos os níveis na América do Sul. A duzentos anos de sua proclamação, estes constituem um ponto de referência obrigatório e, dentro do possível, um estandarte de luta. Não surpreende que os governos da região adiram ostensivamente à carta de repúdio à tortura e subscrevam seu apoio irrestrito à promoção dos direitos humanos, mas continuem a repressão interna com igual regularidade, de tal modo que para os reprimidos a luta pelos direitos humanos constitui, freqüentemente, a única via para recuperar a própria dignidade e presença dentro da sociedade; para os governantes o reconhecimento formal destes direitos se transforma em uma carta de ingresso às nações ‘civilizadas’. Atualmente parece ser de grande importância para os governantes manter as aparências no respeito aos valores éticos, em grande parte também porque tratá-los com a lassidão muito evidente pode levar a sanções firmadas internacionalmente. Entretanto, não é possível esquecer que durante muito tempo o direito de viver em paz e no país de origem era para muitos mera utopia; também, não se tem a impressão de que os agentes da violência organizada tenham abdicado de seus métodos, mas que, como disse Brecht, o ventre que os gestou ainda é frutífero.

3) A atividade psicoterapêutica frente aos estragos produzidos pelo terrorismo de Estado na América do Sul, ultrapassou fronteiras nacionais e profissio-

nacionais.

Tornam-se próprios a intenção e o ato de ajudar, sustentar, mas também de compreender, não só entre os profissionais da área psicossocial da região, mas também entre pessoas de terras tão distantes fisicamente como Bélgica, Canadá, Dinamarca, Suíça.

Para isto, manifesta-se como muito positiva a sensibilidade temática provocada pela experiência nazista e pelas guerras da Argélia e do Vietnã. Pode-se perceber que pela reflexão, então iniciada, sobre danos psíquicos, sob a perspectiva das vítimas, já existem pontos de referência terapêutica para o sofrimento psíquico, tais como a Síndrome de Traumatismos Extremos, as sequelas profundas nas vítimas dos campos de concentração, os efeitos do ‘desaparecimento’ de seres queridos sobre seus parentes.

4)

Dentro desta práxis psicoterapêutica, comprehendeu-se que é indispensável desenvolver um tratamento especial para com as vítimas da violência organizada, para que elas possam superar a experiência de destruição da confiança básica. Evidencia-se que a própria terapia pode ser prejudicial se não chega a questionar explicitamente o mito da privacidade dessas experiências em massa e não ajuda a vítima a superar a vergonha, que a torna cumplice inconsciente de seus verdugos.

Esta atividade psicoterapêutica tenta também vislumbrar e compreender como se estabelece a subordinação ao terrorismo de Estado em nosso aparelho psíquico e em nossa interação social, que processos de adaptação tornam aceitável e ‘normal’ a violência organizada e seus efeitos naqueles que a experimentam em sua própria carne.

5)

Em geral, existe um amplo consenso acerca da inexistência de síndromes específicas, que devolvessem ser tratadas somente num âmbito psicoterapêutico; demonstra-se muito mais importante manter sempre presente a vinculação social das vítimas e de suas experiências de sofrimento, a fim de prevenir síndromes crônicas, mantidas no caldo de cultura psicoterapêutico e sem possibilidade de questionamento social. Por meio desta atitude de práxis se procura evitar uma nova perversão na época pós-ditatorial: que as vítimas da violência organizada sejam relegadas ao esquecimento, marginalizadas da sociedade, enquanto são consideradas como uma nova espécie de doentes crônicos (de torturas, de prisão, de ‘desaparecimentos’, etc.) que podem ter acesso a um tratamento especializado. Assim também se coloca em evidência uma situação virtualmente grotesca: a sociedade teria gerado os verdugos e, com similar consequência, produzido experts para o tratamento discreto dos torturados sobreviventes.

6)

O dom da palavra deve ser resgatado “passo a passo, golpe a golpe”. O idioma habitual não contava com expressões para fazer comunicável a experiência do terror, não havia conotações para a angústia do medo crônico por razões externas e inquestionáveis; somente se sabia calar frente à vergonha por ofensas à intimidade, concebida até então como inviolável; faltavam estruturas de comunicação para a dor da tortura que se auto-perpetua no victimado;

significativa, Canadá, Dinamarca, Suíça.

Para isto, manifesta-se como muito positiva a sensibilidade temática provocada pela experiência nazista e pelas guerras da Argélia e do Vietnã. Pode-se perceber que pela reflexão, então iniciada, sobre danos psíquicos, sob a perspectiva das vítimas, já existem pontos de referência terapêutica para o sofrimento psíquico, tais como a Síndrome de Traumatismos Extremos, as sequelas profundas nas vítimas dos campos de concentração, os efeitos do ‘desaparecimento’ de seres queridos sobre seus parentes.

Dentro desta práxis psicoterapêutica, comprehendeu-se que é indispensável desenvolver um tratamento especial para com as vítimas da violência organizada, para que elas possam superar a experiência de destruição da confiança básica. Evidencia-se que a própria terapia pode ser prejudicial se não chega a questionar explicitamente o mito da privacidade dessas experiências em massa e não ajuda a vítima a superar a vergonha, que a torna cumplice inconsciente de seus verdugos.

Esta atividade psicoterapêutica tenta também vislumbrar e compreender como se estabelece a subordinação ao terrorismo de Estado em nosso aparelho psíquico e em nossa interação social, que processos de adaptação tornam aceitável e ‘normal’ a violência organizada e seus efeitos naqueles que a experimentam em sua própria carne.

Em geral, existe um amplo consenso acerca da inexistência de síndromes específicas, que devolvessem ser tratadas somente num âmbito psicoterapêutico; demonstra-se muito mais importante manter sempre presente a vinculação social das vítimas e de suas experiências de sofrimento, a fim de prevenir síndromes crônicas, mantidas no caldo de cultura psicoterapêutico e sem possibilidade de questionamento social. Por meio desta atitude de práxis se procura evitar uma nova perversão na época pós-ditatorial: que as vítimas da violência organizada sejam relegadas ao esquecimento, marginalizadas da sociedade, enquanto são consideradas como uma nova espécie de doentes crônicos (de torturas, de prisão, de ‘desaparecimentos’, etc.) que podem ter acesso a um tratamento especializado. Assim também se coloca em evidência uma situação virtualmente grotesca: a sociedade teria gerado os verdugos e, com similar consequência, produzido experts para o tratamento discreto dos torturados sobreviventes.

O dom da palavra deve ser resgatado “passo a passo, golpe a golpe”. O idioma habitual não contava com expressões para fazer comunicável a experiência do terror, não havia conotações para a angústia do medo crônico por razões externas e inquestionáveis; somente se sabia calar frente à vergonha por ofensas à intimidade, concebida até então como inviolável; faltavam estruturas de comunicação para a dor da tortura que se auto-perpetua no victimado;

era reduzido o âmbito expressivo para manifestar a insegurança de quem se sente expulso de sua terra e sem lugar no mundo. Mas observa-se que a cultura destas sociedades não era tão desvalida frente à invasão do terror cotidiano.

Espantada, sem tom de voz: atônita no sentido próprio da palavra ficou assim a primeira geração de afetados pela violência organizada do nazismo. As experiências em massa de degradação humana deixaram uma profunda marca de sofrimento na consciência de muitos homens em nosso século e criaram uma base social e cultural para a luta pelo respeito aos direitos humanos.

Um exemplo desta invasão absoluta do terror e de seus efeitos para quem ficou atônito, inclusive como tática de sobrevivência, depreende-se do relato do professor Jan Gross, da clínica psiquiátrica universitária de Hamburgo. Segundo ele, houve um paciente que ingressou nesta clínica, no final da década de 1970 em consequência de uma depressão e cuja maneira de falar soava como se fosse emprestada, artificial: tratava-se de um judeu alemão que havia conseguido escapar da perseguição nazista na Polônia, para tanto fingiu ser surdo-mudo e de pouca inteligência. Desse modo obteve teto e comida entre os camponeses de uma comarca vizinha de seu lugar de origem e pôde passar despercebido durante os seis anos de domínio nazista. Seus patrões, muito interessados em sua força de trabalho, respondiam às inquisições regulares dos guardas SS dizendo que havia sim alguém estranho na fazenda, mas que se tratava de um idiota surdo-mudo, muito trabalhador. Imbuído do temor de se delatar, por exemplo, falando em sonhos este habitante furtivo desenvolveu um esquecimento voluntário da linguagem e conseguiu, como único membro de uma grande família, sobreviver ao extermínio nazista. Depois da derrota do nazismo, teve ele, entretanto, grandes dificuldades para recuperar sua voz e seu lugar na sociedade. Na década de 1970, esta mesma pessoa participou de campanhas pela defesa dos direitos humanos na América do Sul e se expôs inclusive a perigos, ao viajar aos países respectivos e elevar sua voz contra os delitos de lesa-humanidade; em particular manifestava que ele nunca se sentiria tão vitalmente satisfeito e com tanto entusiasmo ao participar de atos políticos e sociais, como nestas ocasiões; declarava haver encontrado assim companheiros de caminho na luta contra uma forma de injustiça e de ameaças que, até então, ele somente podia conceber como aniquiladoras.

5) A saúde psicossocial foi prejudicada seriamente pela ação, durante longo tempo, do terrorismo de Estado nas respectivas sociedades.

Os contemporâneos de Dante evitavam-no, porque ele havia visto o inferno: "Eccovi l'uomo ch'è stato all'inferno".

As vítimas do terrorismo de Estado foram brutalmente expulsas da 'normalidade' e experimentaram danos psíquicos e físicos 'infernais', mas há consciência de que estes foram provocados por seres de carne e osso, como eles mesmos. Estas pessoas correm o risco de serem estigmatizadas e marginalizadas na sociedade pós-ditatorial, se se trata de relegar ao esquecimento o passado.

imediatamente e de eliminá-lo da percepção pública. Elas constituem, entretanto, uma parte substancial da realidade social e são indispensáveis para qualquer forma autêntica de maturação deste passado.

O terrorismo de Estado significou uma dura carga para a sobrevivência física e psíquica de uma boa parte da população. Ele não só perturbou as regras de convivência social, mas também constituiu uma ameaça específica para muitos: tortura, 'desaparecimentos', exílio, assassinatos em massa, campanhas de amedrontamento para populações inteiras constituem somente formas de pressão direta do terrorismo de Estado. O interesse de fundo vai, contudo, dirigido à formação de indivíduos passivos, submissos, privados de opinião e atitude próprias frente ao mundo que os rodeia.

A promoção da saúde psicossocial nos países da América do Sul não pode ser enfocada sem também procurar desmascarar, sem compromissos, estes métodos e artifícios de subjugação de consciências. A experiência das últimas décadas na América do Sul demonstrou que a luta pelos direitos humanos é, fundamentalmente, uma luta pela saúde psicossocial.

Desejamos que este livro ajude aprofundar o conhecimento e a compreensão da saúde de Névoas, tanto em seus aspectos psicoterapêuticos como socioculturais. Se seus conteúdos suscitam o interesse do leitor e motivam-no a formular novas interrogações frente às experiências desta época e seus remanescentes na sociedade pós-ditatorial, haverá cumprido uma boa parte de seus propósitos, permitindo ampliar a base social e cultural para que o *Nunca Mais* tome corpo real e não seja tão-somente em um lema de boas intenções e escassamente efetividade na América do Sul ou onde quer que o terrorismo de Estado ameace a paz e a convivência civil. Nesta tarefa de recuperação e de reestruturação da ética social, depois da experiência do terrorismo de Estado, requer-se uma participação geral da sociedade. As experiências dos últimos tempos na América do Sul manifestaram que, precisamente, aspectos psicosociais desta Era de Névoas requerem uma indubitável reflexão e amadurecimento.

Horacio Riquelme (Hrsg.)



Zeitlandschaft im Nebel

Menschenrechte, Staatsterrorismus
und psychosoziale Gesundheit
in Südamerika
Vervuert

Horacio Riquelme (Hrsg.)

Zeitlandschaft im Nebel

Kultur und psychosoziale Situation in
Lateinamerika, I
Herausgegeben von Horacio Riquelme

Menschenrechte, Staatsterrorismus und
psychosoziale Gesundheit in Südamerika

Vervuert Verlag • Frankfurt am Main

1992

Einleitung

Es ist bekannt, daß Furcht, vorübergehend, die Sicht trübt und den Verstand umnachtet. Nur wenige Erkenntnisse gibt es jedoch über die längerfristigen Auswirkungen der Furcht, wenn diese als allgegenwärtiges Druckmittel auf die Gesamtgesellschaft angewandt wird.

Wie eine »Zeitlandschaft im Nebel« erscheint die existentielle Lage der Bevölkerungsmehrheit in Südamerika, die sich während der letzten zweihundert Jahre unter dem Einfluß des Staatsterrorismus befunden hat. Im Ausdruck »Zeitlandschaft« fließen physische und zeitliche Aspekte zusammen: Die scheinbare Unergründlichkeit eines in grauen und trübem Farben gehaltenen menschlichen Daseins - in permanenter Furcht lebend - wird in diesem Ausdruck außerdem als eine Epoche wahrgenommen, deren Überwindung möglich ist. Der Titel der gleichzeitigen Veröffentlichung im Spanischen, »Era de Nieblas«, spielt auf ein identisches Zusammenfließen von Epoche und menschlichen Ereignissen zu diesem für die Gesellschaften in Südamerika prägenden Geschehen an.

Dieses Buch dokumentiert die Bemühungen eines uruguayischen Schriftstellers und einiger europäischer und lateinamerikanischer Berufstätiger aus dem psychosozialen Bereich, die mit der Zeitlandschaft im Nebel konfrontiert sind, diese intellektuell und emotional zu ergründen suchen, um ihre vermeintliche Trübe und Inkommunikabilität zu überwinden. Das Buch ist das Ergebnis des Jahrestreffens 1989 des Symposiums über »Kultur und psychosoziale Situation in Lateinamerika« an der Universität Hamburg (siehe auch »Leitmotive«, Seite 219 in diesem Band).

Die hier veröffentlichten Texte pflegen die schwierige Kunst, unverhüllte Fragen zu stellen und für ein allgemeines Verständnis nachvollziehbare Methoden zu entwickeln. Sie suchen mit Ausdauer nach gemeinsamen Bezugspunkten, die die Angst verringern helfen, indem sie eine Orientierung in einer als bedrohlich erlebten Wirklichkeit erlauben, auf deren Überwindung mit den eigenen fachlichen Mitteln hingearbeitet wird.

Die Gliederung des Buches in zwei thematische Blöcke ist nicht zufällig: Der eine konzentriert sich auf die psychotherapeutische Theorie und Praxis im Angesicht der organisierten Gewaltanwendung, während der andere

den Veränderungen der kulturellen Dimensionen unter dem Staatsterrorismus gewidmet ist. In der neueren Geschichte Südamerikas kann mit Regelmäßigkeit eine gewisse Gleichzeitigkeit der von der Staatsgewalt gesteuerten Zerstörungsprozesse einerseits und der von der Basis ausgehenden kulturellen und psychosozialen Reparationsprozesse andererseits beobachtet werden.

Um dem Leser die Thematik nahezubringen, werden im folgenden fünf beispielhafte Thesen vorgestellt. Sie sollen zu persönlicher Reflexion anregen und Neugierde für die aufgeworfenen Fragen wecken. Auf diese Weise möchten wir aber auch mit der Gewohnheit brechen, den Leser gewissermaßen an der Hand durch das Abenteuer der Entdeckung der verschiedenen Autoren zu führen und ihm einen eigenen Zugang zur Lektüre und zum Verständnis der Texte nahelegen.

1. Der Staatsterrorismus hat das soziale Klima Südamerikas in den letzten Jahrzehnten auf unerbittliche Weise geprägt. Das Ziel der Unterwerfung der eigenen Bevölkerung wurde auf der Grundlage raffinierter psychosozialer Beeinflussungsmethoden versucht zu erreichen. Zur Erhaltung des Status quo wurden nicht nur gewaltsame Druckmittel, sondern auch eine hochentwickelte Propaganda eingesetzt. Die ideologische Strategie des Staatsterrorismus findet nicht allein im Gebrauch und Mißbrauch der Staatsgewalt Ausdruck, sie beinhaltet auch die geistige Vereinnahmung: Sie hat unverhohlen versucht, die Grenzen des formalen Gehorsams zu überschreiten und auf hinterlistige Weise als eine psychische Machinstanz in das Gewissen des einzelnen Mitgliedes der Gesellschaft einzudringen. Die Gesellschaften Südamerikas sind zum Versuchsfeld einer allgegenwärtigen psychologischen Beeinflussung und Durchdringung geworden. Eine so systematisch konzipierte Strategie mit ihren weitreichenden Auswirkungen für die Kultur und die psychosoziale Lage der gegenwärtigen Generation stellt ein neuartiges Phänomen in diesen Ländern dar. Vor diesem Hintergrund ruft die Tatsache, daß die verschiedenen Diktaturen Künstler und Professionelle aus dem psychosozialen Bereich als sehr ernstzunehmende Gegner betrachtet haben, die besser zu verschwinden als in der Gesellschaft zu handeln hätten, keinerlei Vervunderung hervor. Das offensichtlichste Beispiel der Furcht dieser Machthaber vor der Artikulation eines gewaltfreien kollektiven Widerstandes spiegelt sich in der Behandlung der Mütter der Plaza de Mayo (Buenos Aires, Argentinien) wider, von deren Aktivitäten die Militärs berechtigterweise annahmen, daß sie stärker als ihre Einschüchterungsmethoden wirken würden und die sie mit dem Spruch »die Verrückten der Plaza de Mayo« in den Augen der Öffentlichkeit diffamieren wollten.

2. Die Mißachtung der Menschenrechte erlangt in Südamerika eine niedrigewesene Bedeutung auf allen Ebenen des gesellschaftlichen Alltags. 200 Jahre nach ihrer Proklamation stellen diese einen unausweichlichen Bezugspunkt und oft eine Kampfplattform dar. Es ist allerdings häufig zu beobachten, daß die Regierungen der Region die Charta gegen die Folter ostentativ unterzeichnen und ihre uneingeschränkte Unterstützung der Menschenrechte verkünden, während sie mit derselben Regelmäßigkeit die organisierte Gewaltanwendung weiterhin einsetzen.

So zeichnet sich für die Unterdrückten der Kampf um die Menschenrechte oft als der einzige Weg ab, um die eigene Würde und Präsenz in der Gesellschaft wiederzuerlangen, während sich für die Regierenden die formale Anerkennung der Menschenrechte in die Eintrittskarte für den Kreis der »zivilisierten« Nationen verwandelt. Gegenwärtig scheint für die Regierenden sehr wichtig zu sein, den Schein des Respekts ethischer Werte zu wahren, wohl nicht zuletzt, weil sie sonst auch unter international vereinbarte Sanktionen geraten können. Zu diesem eher labilen Bekennnis zu den Menschenrechten ist anzumerken, daß eine lange Zeit hindurch das Recht darauf, in Frieden und im eigenen Land zu leben, für viele eine reine Utopie gewesen ist. Bisher ist auch nicht der Eindruck entstanden, als ob die Agenten der organisierten Gewaltanwendung ihren Methoden entsagt hätten, sondern daß, um es mit den Worten von Brecht zu sagen, der Schoß, der sie gebaß, noch fruchtbar ist.

3. Die psychotherapeutische Arbeit hat angesichts der in Südamerika vom Staatsterrorismus hervorgerufenen psychischen Verletzungen die nationalen und beruflichen Grenzen überschritten; multidisziplinäre Arbeitsgruppen sind nicht nur in der Region tätig, sondern auch in so weit entfernten Ländern wie Belgien, Kanada, Dänemark, der Schweiz u.a. Als sehr wichtig hat sich hier die thematische Sensibilität erwiesen, die die Erfahrung des Nationalsozialismus und der Kriege in Algerien und Vietnam hervorgebracht haben. Durch die seinerzeit erfolgte Reflexion über psychische Verletzungen aus der Sicht der Betroffenen bestehen bereits therapierelevante Bezugspunkte für das psychische Leid wie das Syndrom der Extremtraumatisierung, der tiefgehenden Folgen bei den Opfern der Konzentrationslager, die Auswirkungen bei den Angehörigen der »Verschwundenen«.

In der psychotherapeutischen Praxis ist erkannt worden, daß ein besonderer Umgang mit den Opfern der organisierten Gewaltanwendung unerlässlich ist, damit diese die erlittene Vernichtung des Grundvertrauens überstehen können. Es ist offensichtlich geworden, daß Psychotherapie auch als solche schädlich sein kann, wenn es ihr nicht gelingt, den Mythos

der ausschließlichen Privatheit dieser massiven Erfahrungen in Frage zu stellen und dem Betroffenen dabei nicht hilft, die eigene Scham zu überwinden, die ihn zum unbewußten Komplizen seiner Folterer macht.

In dieser psychotherapeutischen Arbeit wird auch versucht zu erkennen und zu verstehen, wie ein Prozeß der Unterwerfung unter den Staatsterorismus sich in unserem psychischen Apparat und in der sozialen Interaktion breitmacht, welche Anpassungsprozesse die organisierte Gewaltanwendung und ihre Auswirkungen für diejenigen, die sie am eigenen Leibe erfahren, akzeptabel und »normal« werden lassen.

Im allgemeinen herrscht eine breite Übereinstimmung darüber, daß es keine spezifischen Syndrome zu behandeln gilt, die isoliert in einem psychotherapeutischen Kontext angegangen werden können, vielmehr ist die gesellschaftliche Anknüpfung der Betroffenen und ihrer Leidens erfahrungen stets im Auge zu behalten, damit eine Chronifizierung von Symptomen verhindert werden kann. Diese Haltung dient aber auch dazu, einer neuen Perversion in der postdiktatorialen Epoche entgegen zu wirken: Daß die Opfer der organisierten Gewaltanwendung dem Vergessen anheim fallen und aus der Gesellschaft ausgegrenzt werden, indem sie als neue Gattung chronisch Leidender (unter Folter, Haft, »Verschwinden« etc.) aufgefaßt werden, die eine besondere Behandlung benötigen. So wird eine potentiell groteske Situation offenbar: Die Gesellschaft hätte die Folterer hervorgebracht und produzierte nun, mit ähnlicher Konsequenz, Experten für die diskrete Behandlung der überlebenden Opfer.

4. Die Gabe des Wortes muß »Schrift für Schrift, Schlag für Schlag« (Machado) zurückerobern werden. Die gewöhnliche Sprache verfügt nicht über Ausdrücke, um die Erfahrung des Terrors mitteilbar zu machen; es gab keine Begriffe für die Beklemmung, die die aus äußerlichen und nicht zu leugnenden Gründen chronische Angst hervorrief; angesichts der Scham, die die Verletzungen der eigenen Intimität - bis dahin als unverletzbar betrachtet - hervorgebracht hatten, konnte man nur schweigen; es fehlten die Kommunikationsstrukturen für den Schmerz der Folter, der sich im Opfer perpetuiert; es mangelte an Ausdrucksformen, um die Unsicherheit desjenigen auszudrücken, der sich aus seinem Land ausgestoßen und ohne Ort in der Welt fühlt. Man kann aber beobachten, daß die Kultur dieser Gesellschaften doch nicht so hilflos gegenüber dem Einbruch des alltäglichen Terrors war.

Zutiefst erschreckt, SPRACHLOS im wahrsten Sinne des Wortes blieb die erste Generation der von der organisierten Gewaltanwendung des Nationalsozialismus Betroffenen zurück. Die unzähligen Erfahrungen menschlicher Erniedrigung hinterließen jedoch nachhaltige Spuren im

kritischen Bewußtsein vieler Menschen unseres Jahrhunderts und legten eine soziale und kulturelle Basis für den Kampf um die Menschenrechte.

Ein Beispiel dieses absoluten Einbruchs des Terrors und seiner Folgen für den, der aus puren Gründen der Überlebenstaktik heraus sprachlos wurde, ergibt sich aus der Schilderung von Professor Jan Gross aus der Psychiatrischen Universitätsklinik Hamburg: Ende der siebziger Jahre gab es einen Patienten in dieser Klinik, der wegen einer Depression gekommen war und dessen Sprechweise wie geliehen, künstlich klang. Es handelte sich um einen deutschen Juden, dem es gelungen war, sich der Verfolgung durch die Nazis in Polen zu entziehen, indem er sich taubstumm und geistig beschrankt stellte. So erhielt er Obdach und Nahrung bei den Bauern der Nachbardörfer seines Herkunftsortes und konnte unbemerkt durch die sechs Jahre Naziherrschaft hindurchkommen. Seine jeweiligen Landherren, an seiner Arbeitskraft interessiert, antworteten auf die regelmäßigen Erkundigungen der SS-Schergen, daß es sehr wohl einen Fremden auf dem entsprechenden Bauernhof gäbe, daß es sich aber um einen sehr fleißigen taubstummen Idioten handele. Durchdringungen von der Angst, sich selbst zu verraten, etwa durch Sprechen im Schlaf, begann dieser verstohlene Bewohner freiwillig, seine Sprachfähigkeit zu »vergessen«, vermutlich dadurch gelang es ihm als einzigen Mitglied seiner Familie, der Vernichtung durch die Nazis zu entgehen. Nach der Niederlage des Nationalsozialismus hatte er jedoch große Schwierigkeiten damit, seine Sprache und seinen Platz in der Gesellschaft zurückzuerobern. In den siebziger Jahren beteiligte sich derselbe Mann aktiv an Kampagnen zur Verteidigung der Menschenrechte in Südamerika und nahm große Gefahren durch Reisen in die entsprechenden Länder auf sich, damit er seine Stimme gegen die Verbrechen wider die Menschlichkeit direkt vor Ort erheben konnte. Privat sagte er, daß er nie so viel vitale Zufriedenheit und Begeisterung gespürt hätte wie wenn er an politischen und gesellschaftlichen Kundgebungen wie diesen teilnahm. Er erklärte, Weggefährten im Kampf gegen eine Form der Ungerechtigkeit und der Bedrohung gefunden zu haben, die er bis dahin nur als vernichtend hatte auffassen können.

5. Die psychosoziale Gesundheit ist durch die dauerhafte Wirkung des Staatsterorismus in den betreffenden Gesellschaften schwer beeinträchtigt worden.

Dantes Zeitgenossen mieden seine Nähe, weil er angeblich die Hölle gesehen hatte: »Eccovi l'uomo ch'è stato all'«inferno». Die Opfer des Staats-terorismus sind auf brutale Weise aus der »Normalität« herausgerissen worden und haben »höllische« psychische und physische Leiden durchgemacht, die jedoch von Menschen aus Fleisch und Blut wie sie selbst bewirkt

wurden. Diese Personen laufen in der postdiktatorialen Gesellschaft Gefahr, stigmatisiert und ausgegrenzt zu werden, wenn versucht wird, die unmittelbare Vergangenheit ungeschehen zu machen und sie aus der öffentlichen Wahrnehmung zu bannen. Tatsächlich sind sie ein wesentlicher Teil der sozialen Wirklichkeit und für jede authentische Bewältigung dieser Vergangenheit unabdingbar.

Der Staatsterrorismus hat den Menschen eine schwere Last für ihr physisches und psychisches Überleben im jeweiligen Land auferlegt. Er hat nicht nur die Regeln des sozialen Zusammenlebens gestört, sondern eine unmittelbare Bedrohung für viele bedeutet: Folter, »Verschwinden«, Exil, massenhafte Morde, Einschüchterungskampagnen gegenüber ganzen Menschengruppen stellen nur Formen der unmittelbaren Zwangsausübung des Staatsterrorismus dar. Das eigentliche Interesse dieser organisierten Gewaltanwendung jedoch richtet sich auf die Bildung passiver, unterwürfiger Wesen, die keine eigene Meinung und Haltung gegenüber der Welt, die sie umgibt, mehr haben.

Die Förderung der psychosozialen Gesundheit kann in den Ländern Südamerikas nicht stattfinden, ohne daß diese Methoden und Mittel der Unterwerfung der Gewissenrückhaltlosentlarvt werden. Die Erfahrungen der letzten Dekaden in Südamerika haben gezeigt, daß der Kampf um die Menschenrechte im wesentlichen ein Kampf um die psychosoziale Gesundheit ist.

Wir hoffen, daß dieses Buch dazu beiträgt, das Wissen über und das Verständnis für diese Zeitlandschaft im Nebel zu vertiefen, sowohl hinsichtlich der psychotherapeutischen als auch der soziokulturellen Aspekte. Wenn seine Inhalte das Interesse des Lesers wecken und ihn dazu motivieren, angesichts der Erfahrungen dieser Epoche und ihrer Überreste in der postdiktatorialen Gesellschaft neue Fragestellungen zu formulieren, hat es einen wichtigen Teil seiner Ziele erfüllt: So wird es erlauben, die soziale und kulturelle Basis dafür zu verbreitern, daß das »Nie wieder« Wirklichkeit wird und nicht zu einem Slogan des guten Willens in Südamerika oder wo auch immer verkommmt, wo der Staatsterrorismus erneut als bedrohliche Instanz für den Frieden und das Zusammenleben erscheint. Denn die Teilnahme der Gesellschaft in ihrer Gesamtheit erweist sich als unerlässlich bei dieser Aufgabe der Rückeroberung und der Restrukturierung der sozialen Ethik nach der Erfahrung des Staatsterrorismus. Die Erfahrungen der jüngsten Zeit in Südamerika haben gezeigt, daß gerade die psychosozialen Aspekte dieser Zeitlandschaft im Nebel einer unumschränkten Reflexion und Aufarbeitung bedürfen.